

GABARITO PRELIMINAR / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO EQUIPE DE SELEÇÃO – CSI/DGPES/SMAP DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR DISCIPLINA, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA CORRETA DEVIDAMENTE ASSINALADA.

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

01 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsionadores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

A respeito das características tipológicas, pode-se afirmar que no texto predomina a:

Opções de respostas:

- **Argumentação**, uma vez que o autor visa persuadir o leitor a fim de que este se torne um defensor da preservação do meio ambiente com o propósito de evitar futuras pandemias.
- **Descrição**, pois o autor caracteriza a forma como os pesquisadores estabeleceram a relação entre desmatamento e o risco de epidemias causadas por vírus com potencial zoonótico.
- **Narração**, já que o autor relata episódios relacionados ao aumento do desmatamento, que, segundo as conclusões do relatório, podem elevar o risco de propagação de doenças zoonóticas.
- **Injunção**, visto que o autor expõe orientações sobre como evitar futuros surtos infecciosos por meio da regulamentação das práticas de agricultura e dos investimentos nos sistemas públicos de saúde.
- **Exposição**, porquanto o autor apresenta informações oriundas de um documento produzido pela Universidade de Harvard para informar os leitores sobre prováveis causas de pandemias e ações para evitá-las.

02 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (IGHI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsionadores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

“Como evitar uma pandemia?” é um dos subtítulos do texto. De acordo com o texto, só NÃO responde a esse questionamento a seguinte alternativa:

Opções de respostas:

- Investir na preservação do meio ambiente.
- Incentivar as universidades a desenvolver pesquisas.
- Melhorar os serviços de saúde de países subdesenvolvidos.
- Praticar uma agricultura econômica e ambientalmente viável.
- Aperfeiçoar ações de biossegurança na atividade agropecuária.

03 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (IGHI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsionadores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

Normalmente, os fatos se sucedem numa ordem de causa e consequência, ou de motivação e efeito. Identificar essas relações lógico-semânticas é um importante recurso para a apreensão dos sentidos de um texto. Sendo assim, qual fragmento a seguir apresenta uma relação de causa e consequência?

Opções de respostas:

- “Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020, destaca o estudo.” (11º§)
- “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.” (8º§)
- “Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los.” (10º§)
- “De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais.” (7º§)
- “O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico.” (7º§)

04 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGHI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

A respeito de fatos, opiniões podem ser emitidas. A passagem que veicula apenas fato, sem qualquer nuance de subjetividade – seja por parte do autor do texto, seja por parte dos cientistas da Universidade de Harvard que produziram o relatório sobre a relação entre desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas – se encontra em:

Opções de respostas:

- “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.” (4º§)
- “...ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.” (7º§)
- “A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo habitats e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações...” (5º§)
- “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudança concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsionadores do risco de transbordamento”, afirma o texto.” (10º§)
- “Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.” (9º§)

05 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de

Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsionadores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

Das passagens a seguir, apenas uma apresenta linguagem predominantemente denotativa, ou seja, linguagem em que as palavras são usadas em seu sentido próprio, literal. Assinale-a.

Opções de respostas:

- “Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.” (Subtítulo)
- “O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos.” (3º§)
- “‘Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudança concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsionadores do risco de transbordamento’, afirma o texto.” (10º§)
- “O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico.” (7º§)
- “A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas...” (2º§)

06 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsionadores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

Sabe-se que os sinais de pontuação são sinais gráficos que contribuem para a coerência e a coesão de textos, bem como indicam limites sintáticos e unidades de sentido, além de apresentarem funções discursivas. Nos trechos a seguir, assinale a alternativa que justifica o adequado emprego do sinal de pontuação destacado, considerando seu uso no texto.

Opções de respostas:

- “Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil” (subtítulo)
O travessão simples foi utilizado para subfocalizar uma informação neste subtítulo.
- “O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês),...” (4º§)
Os parênteses foram empregados para esclarecer o significado da sigla HPS.
- “Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.” (3º§)
Os dois-pontos foram usados para introduzir uma citação direta.
- ““Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores.” (8º§)
As aspas foram empregadas para colocar em evidência uma informação relevante.
- “...estão reduzindo habitats e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos ‘pulem’ para hospedeiros humanos.” (5º§)
As aspas foram utilizadas para sinalizar o emprego de um termo fora de seu sentido usual.

07 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsadores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

A referenciação é um importante mecanismo de coesão textual, sobretudo a anáfora, que consiste na retomada de informações que já foram mencionadas no texto. Observe os fragmentos a seguir e os elementos coesivos neles destacados. Após, selecione a alternativa que contém o INADEQUADO referente indicado nos parênteses.

Opções de respostas:

- “Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera...” (12º§) (sua = do planeta)
- “Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera...” (12º§) (o = ajudar a estabilizar o clima do planeta)
- “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos, (...)” (4º§) (que = espécies animais)
- “Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.” (3º§) (delas = mudanças no uso da terra)
- “Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões.” (9º§) (eles = investimentos)

08 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de

Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

Para que haja eficiente compreensão de um texto, não é suficiente apenas uma sequência de frases bem estruturadas. É preciso que exista uma articulação interna entre os vários enunciados, a que chamamos de coesão. Essa ligação entre as partes do texto pode ser construída por meio do emprego de conectores sintático-semânticos. Observe as passagens a seguir e assinale a única em que o elemento coesivo destacado apresenta relação semântica distinta daquela expressa pelos demais.

Opções de respostas:

- “Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico...” (12º§)
- “De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais.” (7º§)
- “‘Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens’, escrevem os autores.” (8º§)
- “‘O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a ‘causa-raiz’ de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal.’ (1º§)
- “O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (...), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola.” (4º§)

09 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGHI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

Um texto pode ser reescrito com alterações de vocabulário e de estruturação sintática a fim de, entre outras razões, suscitar a reflexão sobre as diversas possibilidades e recursos de que dispõe a língua para a construção de novos textos, a partir de um texto preexistente. Com bases nessas informações, assinale a alternativa cuja reescrita alterou o sentido original deste fragmento:

“As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas.” (11^o§)

Opções de respostas:

- “Cerca de 70% das taxas de desmatamento na Amazônia brasileira, de 2005 a 2012, diminuíram em razão das políticas públicas aliadas às ações privadas e públicas.”
- “Os índices de desmatamento na Amazônia brasileira reduziram mais de 70%, no intervalo entre 2005-2012, em função das políticas públicas associadas às ações privadas e públicas.”
- “Com o advento de políticas públicas articuladas às ações públicas e privadas, as taxas de desmatamento reduziram, entre os anos 2005-2012, na Amazônia brasileira, por volta de 70%.”
- “Decaíram perto de 70% os números do desmatamento, na Amazônia brasileira, no decurso de 2005 a 2012, por conta das políticas públicas em consonância com as ações privadas e públicas.”
- “Na Amazônia brasileira, por causa das políticas públicas, conjugadas às ações públicas e privadas, no período de 2005-2012, os indicadores apontam que o desmatamento decresceu próximo de 70%.”

10 Questão:

Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento

Conservação florestal está entre as medidas elencadas em relatório produzido por cientistas da Universidade Harvard sobre como evitar surtos infecciosos futuros.

O salto de vírus de animais selvagens para os humanos não só é uma das principais teorias sobre a origem do Sars-CoV-2 como também deverá ser a “causa-raiz” de futuros surtos infecciosos caso o mundo não fortaleça atividades de conservação florestal. Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.

A Força-Tarefa Científica sobre Prevenção de Pandemias, liderada pelo Instituto de Saúde Global da Universidade Harvard (HGI) e o Centro para o Clima, Saúde e Meio Ambiente Global da Escola de Saúde Pública TH Chan, também de Harvard, reuniu as descobertas mais recentes sobre fatores capazes de contribuir para o transbordamento (*spillover*, em inglês) de agentes infecciosos para a espécie humana e quais ações são necessárias para evitar uma próxima pandemia.

O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos. Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.

O desmatamento nas Américas foi associado a um aumento nos reservatórios de roedores para a Síndrome Pulmonar por Hantavírus (HPS, na sigla em inglês), doença viral transmitida por ratos selvagens ou por saliva humana. Além disso, locais com desflorestamento recente apresentaram maior probabilidade de surtos de ebola. “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.

A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo *habitats* e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações, o que cria mais oportunidades para que os patógenos “pulem” para hospedeiros humanos.

Como evitar uma pandemia?

Ao menos quatro recomendações para reduzir os riscos de futuros surtos zoonóticos são destacadas pelos cientistas: maiores investimentos em conservação florestal, especialmente nos trópicos; melhorias na biossegurança em torno de fazendas de gado e animais selvagens, sobretudo quando a criação ocorre perto de grandes populações humanas ou em rápido crescimento; expansão da agricultura sustentável; e, fortalecimento dos sistemas de saúde de países de média e baixa rendas.

O relatório sugere ainda o estabelecimento de um fórum estratégico intergovernamental com o objetivo de preparar o mundo para o risco de futuras epidemias e o mapeamento contínuo de vírus com potencial zoonótico. De acordo com os pesquisadores, apesar dos esforços recentes de iniciativas como o Projeto Viroma Global e o PREDICT, ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.

“Mais pesquisas podem ajudar a identificar onde as zoonoses virais com alto risco de pandemia têm maior probabilidade de surgir e como reduzir o risco de transbordamento no comércio de animais selvagens”, escrevem os autores. “A descoberta de vírus na vida selvagem pode ajudar a informar onde as atividades de prevenção de transbordamento devem ser focadas, ao mesmo tempo em que beneficia a conservação da vida selvagem.”

Investimentos insuficientes – e o mau exemplo do Brasil

Os investimentos feitos anualmente para conter um *spillover*, no entanto, ainda estão longe do ideal. Segundo o documento, eles não ultrapassam US\$ 4 bilhões, ao passo que a pandemia de Covid-19 sozinha resultou em uma perda de Produto Interno Bruto (PIB) global estimada em US\$ 4 trilhões. Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.

Mas a eficácia das iniciativas para lidar com o desmatamento, o comércio de animais selvagens e outras causas de transmissão de zoonoses também depende muito da continuidade dos esforços para alcançá-los. “Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudanças concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsores do risco de transbordamento”, afirma o texto.

O grupo cita a Amazônia como um exemplo de como a ausência da manutenção desses esforços pode interromper o progresso da conservação. “As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira caíram aproximadamente 70% entre 2005-2012 devido a políticas públicas combinadas com ações públicas e privadas. Uma mudança no governo resultou em rápida aceleração do desmatamento, de tal forma que as taxas de desmatamento atingiram recordes decadais em 2020”, destaca o estudo.

“Devemos tomar medidas que evitem que as pandemias comecem, interrompendo a propagação de doenças de animais para humanos. Quando o fizermos, também podemos ajudar a estabilizar o clima do planeta e revitalizar sua biosfera, cada uma das quais é essencial para nossa saúde e bem-estar econômico”, avalia Aaron Bernstein, líder da força-tarefa, em comunicado.

(Investir na natureza é crucial para evitar nova pandemia, alerta documento. Galileu, 2021. Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/08/investir-na-natureza-e-crucial-para-evitar-nova-pandemia-alerta-documento.html>. Acesso em: 27/08/2021. Adaptado.)

Textos que se enquadram na esfera de circulação jornalística normalmente reproduzem a norma culta da língua escrita. Porém, não raro, seus autores cometem deslizes de ordem gramatical relacionados, sobretudo, à concordância, à regência, ao emprego de pronomes, ao paralelismo sintático, dentre outros. Considerando essas informações, assinale a passagem que apresenta um **desvio gramatical** sob o ponto de vista da gramática normativa.

Opções de respostas:

- *“As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.” (4º§)*
- *“Duas delas têm destaque: a destruição de florestas tropicais e a expansão desenfreada de terras agrícolas, especialmente perto de assentamentos humanos.” (3º§)*
- *“O documento, produzido entre maio e agosto de 2021, afirma que as mudanças no uso da terra estão entre os principais riscos para a transmissão de possíveis patógenos pandêmicos.” (3º§)*
- *“Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório.” (4º§)*
- *“Essa é uma das conclusões de um relatório publicado nesta quarta-feira (18) por uma força-tarefa internacional de cientistas que alerta para a associação entre o desmatamento e o risco de epidemias de doenças zoonóticas.” (1º§)*

LEGISLAÇÃO

11 Questão:

Todo o poder do Município de Porto Alegre emana do povo porto-alegrense, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, segundo a Lei Orgânica. Nos termos da norma em destaque assinale, a seguir, um poder que pode ser exercido diretamente pelo cidadão:

Opções de respostas:

- Concessão de serviços públicos.
- Iniciativa das leis ordinárias e das leis complementares.
- A forma de como se efetivará a descentralização político-administrativa.
- Apresentar anual de relatório sobre o estado das obras e serviços à Câmara Municipal.
- Prover cargos, funções e empregos municipais; e prática dos atos administrativos referentes aos servidores municipais.

12 Questão:

O Município de Porto Alegre incentivará a economia criativa, mediante planos e ações que fomentem a formulação, a implementação e a articulação das ações relacionadas ao processo de criação, de produção, de comercialização e de distribuição de bens e serviços oriundos da criatividade humana e da aplicação de capital intelectual. Podem ser destacadas as seguintes iniciativas:

- I. Serão instituídos programas e projetos de apoio aos setores criativos, aos seus profissionais e aos seus empreendedores, visando ao fortalecimento dos micro e dos pequenos empreendimentos criativos.
- II. Serão incentivados os planos e as ações voltados à economia criativa que fomentem a participação de indivíduos, de associações e de entidades que manifestem o interesse nessa área.
- III. Serão formuladas e apoiadas as ações voltadas à formação de profissionais e de empreendedores criativos, além da qualificação da cadeia produtiva.
- IV. Será promovida a captação de ideias para a solução de problemas do Município de Porto Alegre, assim como para a geração de novas oportunidades de negócios e projetos.

À luz a Lei Orgânica, está correto o que se afirma em

Opções de respostas:

- I, II, III e IV.
- I e IV, apenas.
- II e IV, apenas.
- III e IV, apenas.
- I, II e III, apenas.

13 Questão:

Considerando o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, especialmente sobre as penas e suas aplicações, assinale a alternativa correta.

Opções de respostas:

- A primeira infração, de acordo com a natureza e gravidade, deverá ser aplicada de forma gradativa, considerando as penas indicadas na Lei.
- Quando houver conveniência para o serviço, a suspensão poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia de retribuição pecuniária.
- A repreensão será aplicada em particular e verbalmente na falta de cumprimento do dever funcional, ou quando ocorrer procedimento público inconveniente.
- O detentor de cargo em comissão, que for destituído da função gratificada por falta de exaço no seu desempenho, será demitido com perda do cargo efetivo de que seja titular.
- Aplicar-se-á a cassação de disponibilidade quando ficar provado que o funcionário praticou, quando em atividade, qualquer infração punível com destituição de função gratificada ou demissão.

14 Questão:

Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

- I. Na hipótese de atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário, poderá o agente ser condenado à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- II. Na hipótese de atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito, poderá o agente ser condenado ao ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- III. Na hipótese de atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da administração pública, poderá o agente ser condenado ao ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- IV. Na hipótese de atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, poderá o agente ser condenado à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido. Na fixação das penas, o Juiz levará em consideração a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

De acordo com a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), está correto o que se afirma apenas em

Opções de respostas:

- I e II.
- I e III.
- II e III.
- II e IV.
- III e IV.

15 Questão:

“Roberto Carlos é Fiscal da Vigilância Sanitária do Município de Porto Alegre. Em um ato fiscalizatório, o agente público informa dolosamente ao proprietário do estabelecimento que diversas mercadorias estariam contrariando a norma sanitária municipal e que seriam recolhidas das prateleiras; no entanto, Roberto Carlos apropria-se de todos os produtos em proveito próprio.” Diante do caso apresentado e considerando o que estabelece o Código Penal Brasileiro, o Roberto Carlos comentou o crime de:

Opções de respostas:

- Peculato.
- Concussão.
- Excesso de exação.
- Corrupção passiva.
- Exercício funcional ilegalmente antecipado.

16 Questão:

“Erasmus foi flagrado por estacionar o seu veículo em local proibido; inclusive, sendo o carro guinchado por estar obstruindo a via de rodagem. Sabendo que seu amigo Tim é funcionário público e atua dentro do órgão de trânsito, no setor de multas e recursos de infrações, Erasmus o procura, a fim de que ele acate o seu recurso administrativo e elimine a punibilidade da infração. Tim, por ser amigo de longa data e dever favores a Erasmus, se comprometeu a intervir, de modo que o recurso seja julgado extinguindo a multa perante a Administração.” Concretizando a hipótese apresentada, assinale, a seguir, o tipo penal cometido.

Opções de respostas:

- Prevaricação.
- Advocacia administrativa.
- Condescendência criminosa.
- Inserção de dados falsos em sistema de informações.
- Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

17 Questão:

O Prefeito de Porto Alegre/RS no uso de suas atribuições, por meio de ato discricionário e precário, promulgou decreto para que terceiros possam usar bens municipais pelo prazo de trinta dias. A hipótese apresentada trata-se de ato administrativo de:

Opções de respostas:

- Locação.
- Permissão.
- Concessão.
- Autorização.
- Direito de uso.

18 Questão:

João, funcionário público efetivo da Prefeitura de Porto Alegre/RS, foi convocado para comparecer ao setor de Recursos Humanos para assinar a folha de ponto do mês. Ao fazer a análise da documentação João verificou várias irregularidades. Para resguardar os seus direitos e não sofrer descontos, é assegurado ao funcionário público:

Opções de respostas:

- Restituição.
- Compensação.
- Efeito suspensivo.
- Direito de petição.
- Irredutibilidade salarial.

19 Questão:

Análise as situações hipotéticas a seguir.

- I. A Câmara Municipal de Porto Alegre, através de seu Presidente, solicitou informações ao Município sobre o percentual do reajuste anual da remuneração dos servidores.
- II. Determinado cidadão protocolou pedido de revisão dos valores cobrados referentes ao imposto predial e territorial urbano.
- III. O Presidente da PREVIMPA solicitou diligência ao Município para colher informações sobre tempo de serviço e contribuição de determinado funcionário, a fim de instruir o seu processo de aposentadoria.
- IV. O servidor do setor de compras fez requerimento formal ao Pregoeiro para obter informações sobre a compra da merenda escolar.
- V. O funcionário público representou ao seu chefe imediato as irregularidades de que teve conhecimento no órgão em que serve.

Considerando o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre/RS, terá prioridade de atendimento apenas a solicitação

Opções de respostas:

- I
- II
- III
- IV
- V

20 Questão:

A Constituição Federal determina que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. A não-observância da investidura quanto ao disposto na Constituição Federal implicará:

Opções de respostas:

- Retificação do ato e deflagração de novo concurso.
- Nulidade do ato e punição da autoridade responsável.
- Convalidação do ato e investigação das pessoas envolvidas.
- Preterição do ato e careação entre autoridade e funcionários nomeados.
- Ratificação do ato e punição dos funcionários que ingressarem no serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

21 Questão:

No Brasil e no mundo, há, atualmente, um abrangente debate sobre as questões da mobilidade urbana e das situações e impactos negativos que a malha viária pode provocar. Especialistas estão atentos aos problemas ocorridos em grandes centros urbanos; com isso, muitas análises ocorrem, simultaneamente, através de investigações científicas dentro do campo do urbanismo. Segundo os especialistas, tais análises procuram respostas que possam mitigar a problemática relacionada ao deslocamento motorizado ou não motorizado dos indivíduos dentro das áreas urbanas. Considerando o deslocamento motorizado, a crise energética tem incentivado especialistas a investigarem soluções alternativas, que promovam o deslocamento de pessoas optantes pelo caminhar, ou seja, substituir o automóvel pela utilização das vias de pedestres. No entanto, sabemos que cada plano diretor possui critérios que objetivam a qualidade do deslocamento dentro do contexto urbano; contudo, estes métodos devem ser condizentes com a realidade urbanística de cada município, com as condições físicas e viabilidades técnicas. De acordo com o estabelecido no plano diretor do município de Porto Alegre, assinale a afirmativa correta.

Opções de respostas:

- A classificação das vias não respeita os critérios de funcionalidade, mas considera apenas a hierarquia das vias, sendo classificadas como: transição, arteriais, coletoras, locais, ciclovias, secundárias, para pedestres, hipovias e motovias.
- A estratégia de mobilidade urbana não disponibiliza objetivos gerais que qualificam a circulação e o transporte urbano, porque os gestores públicos acreditam que esta obrigação é responsabilidade das subprefeituras, que devem proporcionar a mobilidade na cidade.
- Malha viária é o conjunto de vias do município, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional; sendo a malha viária básica o conjunto de vias de transição, arteriais e coletoras, constituindo o principal suporte físico à mobilidade urbana. Ainda, conforme o plano diretor, a função da via é o seu desempenho de mobilidade, onde estão considerados os aspectos da infraestrutura, do uso e ocupação do solo, dos modais de transporte e do tráfego veicular.

- A revisão do plano diretor absolutamente soluciona todos os conflitos urbanos em função da modernidade da legislação, tornando disponível várias ferramentas urbanísticas inovadoras, completamente adequadas para promover articulações e implementações de alternativas que contemplem o bem da coletividade e resolvam totalmente todos os interesses dos porto-alegrenses em relação ao deslocamento motorizado e não motorizado dentro de Porto Alegre.
- O plano diretor da cidade de Porto Alegre estabelece que as vias de transição, arteriais e coletoras devem ser monitoradas, frequentemente, pelas secretarias de engenharia de tráfego urbano, de urbanismo e de obras. A partir do monitoramento sistêmico e rotineiro, as secretarias responsáveis possuem autonomia suficiente para alternar as hierarquias e as funcionalidades das vias em conformidade com as alterações das dinâmicas da mobilidade urbana, sem a obrigação do conhecimento e/ou consentimento do prefeito da cidade.

22 Questão:

De acordo com a Prefeitura de Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov) tem como objetivos promover a reorganização dos serviços da Prefeitura por meio de novas nomenclaturas para os departamentos municipais; coordenar a elaboração e a execução de projetos de obras viárias; promover e gerenciar a manutenção de vias urbanas; expedir aprovações de projetos para construções prediais; realizar fiscalizações de execuções; e, desempenhar as aplicações de sanções aos infratores. As implantações e as manutenções dos sistemas de iluminação pública também são de competência e responsabilidade da Smov, bem como realizar tais tarefas, dando expediente para estes serviços públicos. Além disso, a emissão de licença para a abertura de via pública, o plantão de fiscalização de obras, bem como a realização de operação tapa buracos. Dentro do conjunto dessas responsabilidades, também é possível citar o atendimento de forma presencial por funcionário público no papel de agente de fiscalização, a fim de prestar maiores esclarecimentos ao cidadão porto-alegrense quanto aos documentos emitidos pela fiscalização de obras, relativos a irregularidades do plano diretor e código de edificações, em lotes particulares. Quando há um profissional de arquitetura que não seja do estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com a Lei nº 12.378/2010, que regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo, o agente de fiscalização possui as seguintes autonomias, EXCETO:

Opções de respostas:

- Acatar como prova de identidade civil a carteira profissional de arquiteto e urbanista, pois possui fé pública e constitui um documento legítimo para todos os fins legais.
- Acatar como legal o exercício profissional de arquitetura, desempenhado por um arquiteto e urbanista, devidamente registrado no CAU e emissão de RRT para o desempenho de execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.
- Acatar como legal o exercício profissional de arquitetura, desempenhado por um arquiteto e urbanista, devidamente registrado no CAU e emissão de RRT para o desempenho de concepção e execução de projetos de arquitetura para a edificação.
- Exigir que o registro que habilita o profissional de arquitetura de outro estado seja um registro obrigatoriamente pelo CAU do estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação que o registro profissional emitido pelo CAU de cada estado não tem validade para atuação profissional em todo o território nacional.
- Exigir a apresentação de RRTs que definem os responsáveis técnicos pelo empreendimento de arquitetura e urbanismo, a partir da definição da autoria e da coautoria dos serviços.

23 Questão:

Nos séculos XX e XXI ficou evidenciado o fenômeno do crescimento acelerado das cidades, causando grandes problemas urbanísticos, sobremaneira no que se relaciona com os impactos negativos de mobilidade e uso do solo provocados pelas implantações de loteamentos urbanos. Os impactos urbanos negativos decorrentes das ocupações inadequadas das áreas da cidade estão diretamente relacionados com planejamentos insuficientes que foram baseados em pouco reconhecimento do ambiente, das dimensões físicas, das questões políticas, dos aspectos sociais, dos projetos socioculturais e das possibilidades espaciais. A especulação imobiliária pode ser muito nociva para a urbanidade e qualidade de vida de uma cidade. Muitas vezes, a comercialização de lotes, através dos empreendimentos imobiliários de loteamentos ignoram as questões de qualidade da ocupação dos espaços urbanos. Para impedir que os loteamentos sejam as causas de problemas para a qualidade urbanística das cidades, há leis que garantem diretrizes a serem obedecidas. Em Porto Alegre, as diretrizes impostas pela Lei Complementar nº 547/2006 determinam e especificam permissões e proibições relacionadas aos loteamentos dentro do contexto das áreas urbanas. De acordo com a referida Lei, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Em prol de um melhor aproveitamento das áreas e espaços do empreendimento imobiliário, propõe-se o uso, nos lotes residenciais, da faixa de recuo para ajardinamento para estacionamento de veículos.
- () Em virtude da promoção da qualidade de execução de obras, prevê, em seu planejamento, a autorizada participação eventual do município em obras de infraestrutura, de acordo com a disponibilidade de recursos, bem como a disponibilidade técnica.

- () Apresentação de proposta do uso, nos lotes residenciais, da faixa de recuo para ajardinamento para estacionamento de veículos; apresentação do Plano de Prevenção Contra Incêndio devidamente aprovado pelo Corpo de Bombeiros, bem como apresentação de previsão para a autorização na eventual participação do município em obras de infraestrutura, nas conformidades da disponibilidade de recursos e da sua disponibilidade técnica.

A sequência está correta em

Opções de respostas:

- V, V, V.
- F, V, F.
- F, F, F.
- V, V, F.
- F, F, V.

24 Questão:

Os casos de tombamentos que visam preservação, conservação e manutenção de bens materiais e naturais, muitas vezes passam despercebidos. Há alguns casos no Brasil em que a falta de atenção, ou a inobservância das questões de patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico geraram processos e sanções previstas em leis. Em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, um proprietário demoliu uma casa com mais de 40 anos; o imóvel estava tombado pela prefeitura e a demolição condenou o proprietário a reconstruir a casa. Obviamente, este desfecho ocorreu em função da denúncia da vizinhança e medidas cabíveis do poder público municipal. Outro caso também ocorrido no estado do Rio de Janeiro foi na cidade de Magé, onde um projeto de empreendimento imobiliário de grande porte foi embargado e posteriormente anulado judicialmente em função da preservação de uma espécie de anfíbio com proporções próximas de uma unha do dedo mínimo. O projeto com volume milionário de investimento foi derrotado pela causa preservacionista de um pequenino anfíbio ameaçado de extinção, e que tem seu *habitat* natural nas áreas encharcadas daquela região. Indiscutivelmente a causa preservacionista que salvou a espécie daquele anfíbio estava amparada por lei municipal, que permitiu o tombamento daquele patrimônio natural. No caso do município de Porto Alegre, de acordo com a Lei Complementar nº 275/1992, serão consideradas infrações legais as ações que afetem ou causem prejuízos ao patrimônio natural em consequência ao desrespeito das determinações impostas por tal norma. De acordo com o exposto e considerando o patrimônio natural porto-alegrense, analise as afirmativas a seguir.

- I. Prévia autorizações não são necessárias para as intervenções físicas que possam influenciar ou prejudicar a ambiência de bens tombados em seus aspectos estéticos ou paisagísticos.
- II. O patrimônio natural do município de Porto Alegre, em suas áreas tombadas, somente terá permissões de benfeitorias que não desfigurem sua destinação, mediante o aval do conselho municipal competente.
- III. Somente é considerado crime ambiental contra o patrimônio natural da cidade de Porto Alegre, as ações executadas com permissões de benfeitorias que não desfigurem sua destinação e que estejam autorizadas por conselho municipal competente.

Está correto o que se afirma apenas em

Opções de respostas:

- I.
- II.
- I e II.
- I e III.
- II e III.

25 Questão:

Para o parcelamento do solo urbano, em alguns municípios deverá ser apresentado o projeto contendo desenhos, memorial descritivo, certidão atualizada da matrícula da gleba, certidão de ônus reais, certidão negativa de tributos municipais e cronograma de execução das obras. Os desenhos, obrigatoriamente, devem apresentar a subdivisão das quadras em lotes, com respectivas dimensões e numeração, o sistema de vias com respectiva hierarquia, as dimensões lineares e angulares do projeto, demonstrando, geometricamente, raios, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias, perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças, indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas. Os desenhos devem demonstrar a indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais. Deve conter no memorial descritivo descrição sucinta do loteamento, com as suas características, fixação de zonas de uso predominante, condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções. Os desenhos devem conter, também, enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, que estejam planejados para o parcelamento em questão. O projeto de parcelamento do solo deve ser entregue em processo administrativo devidamente protocolado, para que possa tramitar nos departamentos de competências do poder público municipal. Cada departamento deverá fazer suas respectivas análises, indicando as irregularidades contidas no projeto, exigindo que alterações corretivas sejam feitas, para que o

processo administrativo que contém o pedido de parcelamento possa ser aprovado. Considerando este fluxo processual dentro dos departamentos da prefeitura, em conformidade com a Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, funcionários ou auxiliares de funcionários poderão indicar as exigências cabíveis, levando em consideração que o texto da lei determina, que em algumas condições não serão permitidas para o parcelamento do solo. Considerando os requisitos que não serão permitidos para os projetos de parcelamento do solo, assinale a afirmativa INCORRETA.

Opções de respostas:

- Terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.
- Terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.
- Terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- Terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
- Áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção. Em caráter extraordinário um abaixo-assinado contendo, no mínimo, setecentas assinaturas será suficiente para provocar e promover a taxa de 100% de ocupação em áreas de preservação ecológica, independente dos impedimentos municipais, estaduais ou federais.

26 Questão:

No Brasil, verifica-se, nas últimas décadas, o acelerado processo de urbanização da população. Em 2015, o censo demográfico indicou 85% da população habitando em áreas urbanas, totalizando, aproximadamente, 207 milhões de cidadãos. Este fenômeno populacional cria a demanda por espaços urbanos maiores, com crescente exigência de mais escolas, hospitais, áreas de recreação, infraestruturas básicas e oportunidades de trabalho. Por decorrência deste fenômeno, surgem problemas na cidade, sendo o mais comum a falta de espaço, que acaba provocando as ocupações desordenadas do solo urbano, que podem acontecer em função do surgimento de construções irregulares, onde existe a ausência de fiscalização e atos impeditivos por parte do poder público. Por outro lado, também podem ocorrer ocupações desordenadas provocadas por irregularidades do parcelamento do solo, causadas por loteamentos clandestinos. Para que um loteamento não seja considerado clandestino, é necessário que as exigências mínimas quanto à execução do parcelamento do solo para fins urbanos atendam as determinações da Lei nº 6.766/1979. Dessa forma, antes mesmo da efetiva preparação do projeto de loteamento, a empresa ou empreendedor imobiliário, que tiver interesse na aprovação e regularização do projeto de loteamento deve solicitar à prefeitura municipal as diretrizes que definem o uso do solo daquela cidade. Muitos itens são considerados, como o traçado dos lotes, o desenho do sistema viário, a proposta dos espaços livres e a locação de áreas reservadas para equipamentos urbanos e comunitários. Assim, a prefeitura municipal, através de seu departamento competente, deve exigir o devido requerimento e planta do imóvel para as realizações das avaliações do projeto de loteamento. Com isso, será necessário que os técnicos analisem criteriosamente as determinações que estão estabelecidas na Lei supracitada, na qual o requerimento e a planta do imóvel deverão conter requisitos mínimos para serem avaliados e, possivelmente, aprovados. Em função da exigência de pelo menos alguns requisitos mínimos, está de acordo com a referida Lei:

Opções de respostas:

- A localização obrigatória de heliportos e aeroportos privados; em loteamentos inseridos dentro de bairros que são favorecidos por rios ou lagos de grandes dimensões, devem apresentar a localização obrigatória de portos náuticos; a planta de ciclovia que atenda, no mínimo, 90% de extensão dentro do traçado das vias.
- O projeto de estação de tratamento de esgoto; o projeto de sistema de tratamento de águas pluviais para reutilização em irrigação de jardins nos espaços comunitários do loteamento; o projeto de captação de energia solar através de sistema fotovoltaico para atribuir autonomia energética ao loteamento e proibir a instalação de energia elétrica por parte das concessionárias.
- O laudo emitido por órgão ou empresa internacional com expertise comprovada em exploração de petróleo ou jazidas minerais, que ateste e certifique a inexistência de reserva de recursos naturais no subsolo do loteamento; a localização em planta do loteamento que faça a previsibilidade para instalação de micro usina nuclear para conferir autonomia energética ao loteamento nos casos em que existam inviabilidades técnicas de fornecimento de energia elétrica por parte das concessionárias.
- O projeto de perfuração de poços artesianos que possam atribuir autonomia hídrica na captação de águas potáveis em volumes suficientes para abastecer o loteamento e proibir a instalação de redes de abastecimento de águas por parte das concessionárias; a planta com localização e detalhamento técnico para a instalação de sistema de geração de energia elétrica através de aparelhos eólicos em demandas suficientes para conferir autonomia energética ao loteamento.
- O tipo de uso predominante a que o loteamento se destina; a localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes; as curvas de nível à distância adequada, quando exigidas por lei estadual ou municipal; as divisas da gleba a ser loteada; as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas, a indicação dos arruamentos contíguos em todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada.

27 Questão:

Para conceder o licenciamento para instalação, ampliação e operação de empreendimento e atividades que possam comprometer os recursos naturais, com ameaça de poluição ou degradação do meio ambiente, os órgãos ambientais executam um processo administrativo – licenciamento ambiental, que tem como objetivo gerir, através da administração pública, o controle de empreendimentos e atividades que causam a devastação do ambiente através de agentes, materiais ou substâncias poluidoras. O licenciamento também se faz instrumento na procura da combinação da conservação de recursos naturais com o desenvolvimento econômico, objetivando assegurar em todas dimensões físicas, bióticas e socioculturais, a sustentabilidade dos ecossistemas. O licenciamento ambiental visa, em suma, a promoção e a manutenção da sustentabilidade, da qualidade do meio ambiente, do desenvolvimento econômico e social do país. A Lei nº 8.267/1998, é a normativa que regulamenta o licenciamento ambiental no município de Porto Alegre. Através do Art. 10, em seu §5º, estabelece que não serão submetidos ao licenciamento ambiental as atividades e os empreendimentos: I – restaurante/pizzaria/churrascaria com horário de funcionamento até as 22 horas e sem a utilização de forno ou churrasqueira a lenha ou a carvão; II – comércio de produtos congelados sem a utilização de forno ou churrasqueira a lenha ou a carvão; III – padaria com horário de funcionamento até as 22 horas e sem a utilização de forno ou churrasqueira a lenha ou a carvão; IV – pastelaria/bar/café/lancheria com horário de funcionamento até as 22 horas e sem a utilização de forno ou churrasqueira a lenha ou a carvão; V – criação de animais (gatil e canil)/salão de beleza para animais; VI – bocha; VII – boliche e bilhar; VIII – oficina de reparação e manutenção de eletrodomésticos; IX – telentrega; e, X – academia de ginástica, dança e balé com horário de funcionamento até as 22 horas. De acordo com tais afirmativas, assinale a situação em que as atividades ou empreendimentos não serão submetidos ao licenciamento ambiental.

Opções de respostas:

- Recente pesquisa de mercado para a abertura de uma academia de ginástica focada no público feminino de poder aquisitivo alto, mostrou potencial de público interessado em fazer atividades físicas após as 22 horas. Com isso, uma nova academia de ginástica exclusiva para mulheres com funcionamento das 20 horas até as 03 horas da manhã, será implantada em Porto Alegre.
- Uma loja de produtos alimentícios congelados, que produz variadas opções, especializada em refeições prontas com sabores *gourmet*, será instalada em Porto Alegre. Esta loja, em razão da sua linha de produtos *gourmet*, prepara e produz os produtos congelados em suas cozinhas equipadas com fornos a lenha. Suas atividades comerciais serão de segunda a sábado das 9h até as 23h, com exceção dos feriados.
- Um novo empreendimento comercial será instalado em Porto Alegre, na área gastronômica, muito inovador pela sua proposta de produtos de linha *gourmet* que irá abarcar num mesmo recinto comercial uma pizzaria e uma padaria, além de uma loja em anexo para vender produtos congelados. As três atividades do comércio, pizzaria, padaria e loja de produtos congelados, não utilizarão forno ou churrasqueira a lenha ou carvão, e o horário de funcionamento será restrito ao máximo até as 22 horas.
- Com forte apelo cultural, uma nova academia de dança no estilo *hip hop*, especializada em crianças e adolescentes será um novo empreendimento comercial e cultural para a cidade de Porto Alegre. A proposta do empreendimento é ofertar oportunidade, também, para a comunidade de baixa renda, em que algumas opções de horários de cursos de dança serão patrocinadas por empresários da cidade. A academia de dança terá seus horários de funcionamento de segunda a sábado das 16 h até as 23h 45min.
- Um restaurante com café-bar em anexo será um empreendimento gastronômico que deverá ser implantado dentro de Porto Alegre nas próximas semanas. A proposta gastronômica do café-bar é oferecer aos clientes uma linha de cervejas *gourmet* e porções de aperitivos e alguns lanches feitos em forno de lenha. No restaurante a churrasqueira será a carvão. O estabelecimento comercial que abarcará um restaurante com churrasqueira a carvão e um café-bar anexo com forno a lenha, irá funcionar e estar aberto ao público de terça a domingo das 14h até as 23h 30min., incluindo os feriados.

28 Questão:

A arquitetura não é apenas arte; sobretudo, é ambiente, é espaço interior, é espaço exterior e um conjunto de sentenças estéticas. Cada obra arquitetônica, ou seja, cada edificação se caracteriza por pluralidade de valores econômicos, sociais, técnicos, funcionais, artísticos e decorativos. Todas estas contribuições de valores dão liberdade ao surgimento da arquitetura, que escreve através dos tempos sua história econômica, social, técnica e artística. A gramática arquitetônica da antiguidade é riquíssima, especialmente a gramática dos gregos. A Grécia antiga é considerada o berço da arquitetura Ocidental. Sabe-se que a variação de colunas nos templos gregos e também romanos está diretamente relacionada com o porte da edificação. Considerando a teoria e a história da arquitetura, assinale a afirmativa correta.

Opções de respostas:

- Inexistem, na arquitetura clássica grega e romana, templos que tenham oito colunas em seus pórticos; logo, não há uma denominação que defina esses pórticos.
- A presença de colunas em templos gregos ou romanos é uma expressão da arquitetura clássica; segundo a teoria e a história da arquitetura, um pórtico composto por oito colunas denomina-se octástilo.

- Pentateuco denomina-se o estilo caracterizado, segundo algumas obras literárias que versam sobre a teoria e a história da arquitetura, para os pórticos dos templos gregos e romanos que possuem oito colunas.
- Os pórticos dos templos gregos e romanos que possuem oito colunas se chamam pórticos clássicos tridimensionais, pois apresentam, basicamente, pelo menos três elementos: o frontão, o entablamento e a colunata.
- Segundo as mais seguras fontes bibliográficas referenciais, pórtico bidimensional é a denominação adequada para os pórticos de templos gregos e romanos que possuem oito colunas, em função do seu eixo central que divide quatro colunas em cada lado do eixo central, formando, assim, uma ala esquerda e outra direita, basicamente bidimensional.

29 Questão:

Os romanos beberam em fontes gregas para criar e aprimorar a sua própria arquitetura. É facilmente perceptível observar elementos da arquitetura clássica grega em muitos edifícios romanos, sejam públicos ou religiosos. No entanto, a critério de exemplo pode ser destacado um edifício, em especial, quando procuramos elementos arquitetônicos gregos na arquitetura romana, o Panteão: um templo romano de forma excepcional, devido às circunstâncias da sua construção e ao longo período de tempo que levou para ser edificado. A combinação de todos os seus elementos arquitetônicos provocou eco do século XVII em diante. Localizado nas ruas estreitas de Roma, o Panteão Romano pertence ao seletivo grupo de edifícios históricos mais expressivos em solo italiano. Sua geometria é considerada celeste, inspirando gerações de arquitetos e servindo de referência para demais edificações. Considerado formalmente como um templo surpreendente em simplicidade, sua aparente geometria simplista evoca um sofisticado sistema de estrutura predial, fenômeno que enaltece o progresso de décadas da engenharia das construções romanas. Acredita-se que, devido à função como edifício religioso, o Panteão é beneficiado de boa conservação, demonstrando ser o mais preservado monumento da antiga Roma. Nos monumentos históricos preservados, tanto na Europa quanto em outras partes do mundo, elementos arquitetônicos são possíveis de serem contemplados; elementos como colunas, capitéis, entablamentos, cornijas, balaústres, balcões, varandas e frontões. Alguns elementos arquitetônicos clássicos são mais fáceis de serem reconhecidos por uma identificação imediata; no entanto, alguns outros elementos precisam de observação acurada para serem reconhecidos e identificados. Considerando a teoria e a história da arquitetura, a expressão frontão se refere a:

Opções de respostas:

- Conjunto de janelas laterais dos templos gregos e romanos na arquitetura clássica.
- Parte interna das edificações onde ficavam as imagens das deidades gregas e romanas.
- Fundação feita em alicerce de pedra que sustenta os templos gregos e romanos da Era Clássica da arquitetura.
- A área triangular definida pelos beirais inclinados da cobertura e a cornija de um templo ou de um edifício clássico.
- Denominação do sistema estrutural de tesouras de madeira utilizado em larga escala na arquitetura clássica grega e romana, para construir e sustentar os telhados dos templos religiosos da época.

30 Questão:

Algumas características das obras podem impor certo tipo de fundação. Este é o caso, por exemplo, de uma obra, cujo subsolo é constituído por argila mole, até uma profundidade considerável em que uma fundação em estacas é a solução imposta. No entanto, um estudo de alternativas pode incluir alguns tipos de fundações superficiais, ou avaliar as possibilidades de usar fundações profundas e superficiais, simultaneamente. Importante observar a avaliação de custos e prazos, considerando as escavações e os reaterros. As fundações superficiais se caracterizam, principalmente, pelas sapatas e blocos que são elementos de fundação mais simples; quando é possível sua adoção, é significativamente mais econômico. Sobre os sistemas construtivos que adotam as possibilidades técnicas de fundações superficiais, é correto afirmar que:

Opções de respostas:

- As fundações em radiers podem ser projetadas conforme quatro tipos principais: radiers não nervurados; radiers livres; radiers corrugados; e, radiers enterrados.
- Considerando os tipos de fundações, os blocos e sapatas são elementos complexos e onerosos, devendo ser especificados somente para a utilização em fundações profundas.
- As fundações rasas ou diretas se apoiam diretamente sobre estacas metálicas que estão lançadas em grandes profundidades em relação ao solo circundante no entorno da edificação.
- Fundação em radier é a nomenclatura técnica que define a armadura de aço de um bloco de fundação profunda; e, que pelas suas características físicas, é, indiscutivelmente, a opção técnica mais econômica comparada aos demais tipos de fundação.
- Uma edificação sustentada por uma fundação em radier deverá ter todos os pilares de sua estrutura transmitindo as cargas ao solo através de uma única sapata. Em função das suas proporções que envolvem grandes volumes de concreto, a fundação em radier para esta edificação será uma solução relativamente dispendiosa e de difícil execução.

31 Questão:

Configurar espaços arquitetônicos adequados é o principal objetivo da arquitetura. O espaço arquitetônico tem seus próprios significados culturais, psicológicos e emocionais. Como exemplo, podemos dizer que há espaços arquitetônicos religiosos que produzem uma sensação de reflexão ou introspecção, dedicados e necessários à sua função. Portanto, um espaço arquitetônico pode promover diversas sensações num indivíduo, como religiosidade, proteção e segurança. Os espaços arquitetônicos também podem ser percebidos e constatados em várias escalas diferentes, além das suas funções específicas, semelhantes ou agrupadas. A escala é a maneira como percebemos ou julgamos o tamanho de algo em comparação a outro referencial. A entidade com a qual um objeto ou espaço está sendo comparado pode ser uma unidade aceita ou um padrão de medida. Em desenho, utilizamos uma escala para especificar a razão que determina a relação entre uma ilustração e aquilo que ela representa. Considerando a visão crítica do espaço arquitetônico, trata-se de uma condição relacionada à arquitetura:

Opções de respostas:

- No desenho arquitetônico, a escala é utilizada para especificar o tamanho de um edifício representado em comparação ao real.
- Na visão crítica do espaço arquitetônico e na análise da proporção e escala, a escala não é um parâmetro para se comparar uma coisa à outra.
- Os arquitetos e os engenheiros não demonstram interesse especial relacionados com a noção da escala visual. Não é de interesse destes profissionais entenderem o quanto um objeto é grande ou pequeno em relação ao seu tamanho normal.
- O sistema métrico internacional e o sistema regular americano utilizam, invariavelmente, a mesma unidade de medida; no entanto, os pés e as polegadas são unidades de uso meramente popular e casual sem qualquer compromisso como unidade de medida técnica.
- Fisicamente as dimensões podem mudar somente pelo fato do sistema regular americano usar as dimensões em polegadas, enquanto o sistema métrico internacional utiliza outra unidade de medida, ou seja, um mesmo objeto pode, naturalmente, sofrer alterações físicas na sua dimensão em função das trocas de unidades de medida.

32 Questão:

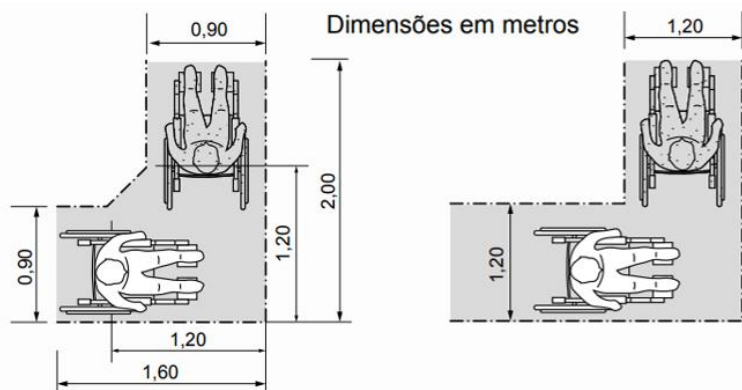
A NBR 9050:2020, que estabelece diversos critérios e parâmetros técnicos a serem observados em projetos, construções, instalações e adaptações de edificações às condições de acessibilidade, é enfática na determinação onde especifica, claramente, que todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, para serem considerados acessíveis, bem como as reformas e ampliações de edificações e dos equipamentos urbanos, devem atender às suas diretrizes e determinações técnicas. Em relação à NBR 9050:2020, é correto afirmar que:

Opções de respostas:

- Obrigatoriamente, as áreas técnicas de serviço ou de acesso restrito, como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico, dentre outros similares, precisam ser plenamente acessíveis.
- Nenhum critério ou parâmetro técnico está observado em relação a questões de acessibilidade em referência a projetos, construções, instalações e possíveis adaptações dos meios rurais. Tal norma está restritamente relacionada apenas com as condições de acessibilidade destinadas aos meios urbanos.
- Visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas com idade máxima de 70 anos para mulheres e 65 anos para homens, independentemente da estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.
- Os empreendimentos imobiliários residenciais, como condomínios e conjuntos habitacionais que pretendem construir e entregar à população, bem como edificações residenciais multifamiliares, devem ser projetados de forma que proporcionem acessibilidade em suas áreas de uso comum. As unidades que sejam autônomas e que sejam particularmente acessíveis devem ser localizadas em rota acessível.
- Com exceção das cadeiras de rodas, os aparelhos específicos como próteses, sistemas assistidos de audição, aparelhos de apoio, bengalas de rastreamento, ou qualquer outro aparelho ou sistema que venha a complementar necessidades individuais em particular das pessoas com algum tipo de deficiência física estão plenamente desconsiderados, pois a norma foi desenvolvida com o objetivo único de atender e regulamentar as condições de acessibilidade especificamente para as demandas das pessoas usuárias de cadeira de rodas.

33 Questão:

A efetiva promoção da acessibilidade requisita a identificação e a eliminação dos diversos tipos de barreiras que impedem os seres humanos de realizarem atividades funcionais na sociedade. No entanto, a acessibilidade depende diretamente das condições físicas dos espaços e áreas urbanas, bem como das condições físicas dos espaços e áreas externas ou internas das edificações. Considera-se rota acessível o trajeto contínuo, desobstruído e devidamente sinalizado, que faz conexão dos ambientes externos e internos, dos espaços e das edificações, podendo ser utilizada de forma autônoma e segura por todos os indivíduos. O gráfico retrata uma ilustração da NBR 9050:2020 que explica e exemplifica as condições para manobra de cadeira de rodas com deslocamento:



a) Deslocamento de 90° – Mínimo para edificações existentes b) Deslocamento mínimo para 90°

De acordo com as informações, sobre a manobra de cadeira de rodas com deslocamento em 90 graus, assinale a afirmativa correta.

Opções de respostas:

- Em edificações existentes é permitida em corredores ou circulações que tenham, no mínimo, 60 cm de largura.
- Uma manobra em “L” com deslocamento em corredores, ou circulações em edificações existentes, pode ter um chanfro de 45 graus no vértice do “L” e larguras mínimas de 80 cm e 70 cm, respectivamente.
- Todos os corredores e circulações poderão ter larguras mínimas de 0,90 m até 1,20 m. A largura mínima de 0,65 m é aceitável em corredores e circulações para edificações existentes.
- Retrata condições para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento. As larguras mínimas dos corredores e circulações devem ser de 1,60 m e 2,00 m para edificações existentes.
- Exemplifica condições para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento, onde as dimensões mínimas dos corredores ou circulações podem ter 0,90 m e 1,20 m. No entanto, os corredores ou circulações devem ter, no mínimo, 0,90 m de largura.

34 Questão:

Símbolos são representações gráficas que, através de uma figura ou forma convencionada, estabelecem a analogia entre o objeto e a informação de sua representação, e expressam alguma mensagem. Devem ser legíveis e de fácil compreensão, atendendo pessoas estrangeiras, analfabetas e com baixa visão, ou cegas, quando em relevo. A indicação de acessibilidade nas edificações, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso, também conhecida pela sigla SIA. Conforme estabelece a Norma Técnica NBR 9050:2020, a representação do símbolo internacional de acesso consiste em um pictograma branco sobre fundo azul. Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto e deve estar sempre voltado para o lado direito. O símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos, onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.



1

2

3

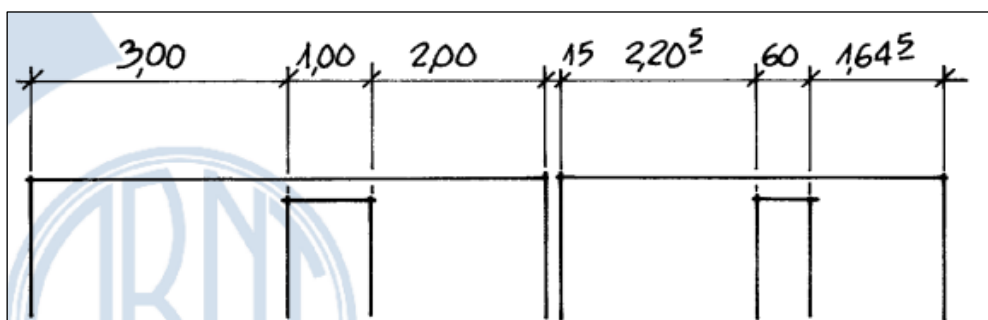
De acordo com as informações, é correto afirmar que as figuras representam, respectivamente, os seguintes símbolos internacionais

Opções de respostas:

- 1. pessoas com deficiência visual 2. pessoas com deficiência auditiva 3. acesso
- 1. pessoas com deficiência visual 2. acesso 3. pessoas com deficiência auditiva
- 1. pessoas com deficiência auditiva 2. acesso 3. pessoas com deficiência visual
- 1. acesso 2. pessoas com deficiência visual 3. pessoas com deficiência auditiva
- 1. acesso 2. pessoas com deficiência auditiva 3. pessoas com deficiência visual

35 Questão:

Durante a Revolução Industrial, se tornou necessária a normatização de desenhos de cunho técnico para que os projetos de máquinas pudessem ser reproduzidos com exatidão e segurança. Na arquitetura, as normas são importantes para que haja a plena compreensão do projeto e erros de execução possam ser evitados. No Brasil, a ABNT rege as normas brasileiras de representação de projetos de arquitetura através da NBR: 6492. Um dos mais importantes elementos padronizados por essa norma são as cotas que servem para informar as medidas expressas em uma representação arquitetônica. São as linhas que marcam os pontos que limitam um ambiente ou uma parede, especificando nesta o seu valor:



As linhas de cota devem estar sempre fora do desenho, exceto em casos de impossibilidade, devendo evitar a sua duplicação. Quando a dimensão a cotar não permitir a cota na sua espessura, deve-se colocá-la ao lado, indicando seu local exato com uma linha. Nos cortes, só devem ser marcadas as cotas verticais. No caso de vãos de portas e janelas, a cota é indicada no vão pronto para receber as esquadrias. De acordo com a NBR: 6492 em relação às cotas, é correto afirmar que:

Opções de respostas:

- As linhas de chamada devem parar de 20 a 30 mm do ponto dimensionado.
- Não é necessário que as cotas horizontais do ambiente apareçam em corte.
- Não é necessário informar qual unidade está sendo utilizada nas cotas, pois as medidas sempre serão indicadas em metros (m).
- É possível que um elemento seja muito pequeno e, por isso, as medidas podem não caber na espessura da cota. Essa medida deve ser disposta em uma tabela de observações junto ao desenho.
- Ao se cotar portas e janelas, deve-se atentar à largura das molduras das esquadrias, pois os vãos das aberturas devem ser cotados a partir do vão ainda sem acabamento, antes da inserção das esquadrias.

36 Questão:

Na arquitetura, o desenho é imprescindível para comunicar raciocínios e concepções de projeto: desde estudos iniciais até a finalização, com os traços técnicos já definidos que servirão como base no canteiro de obras. Além de ser uma ferramenta necessária para comunicação das informações projetuais, também precisa conter o pensamento por trás do desenvolvimento do projeto. Uma representação gráfica atraente se faz essencial na apresentação do projeto para o cliente. Enquanto a explicação oral pode explicitar o raciocínio lógico, o desenho é dirigido para as emoções. De acordo com a NBR: 6492, estudo preliminar é o “estudo da viabilidade de um programa e do partido arquitetônico a ser adotado para sua apreciação e aprovação pelo cliente. Pode servir à consulta prévia para aprovação em órgãos governamentais”. De acordo com as considerações contidas na NBR: 6492 sobre o estudo preliminar, assinale a afirmativa INCORRETA.

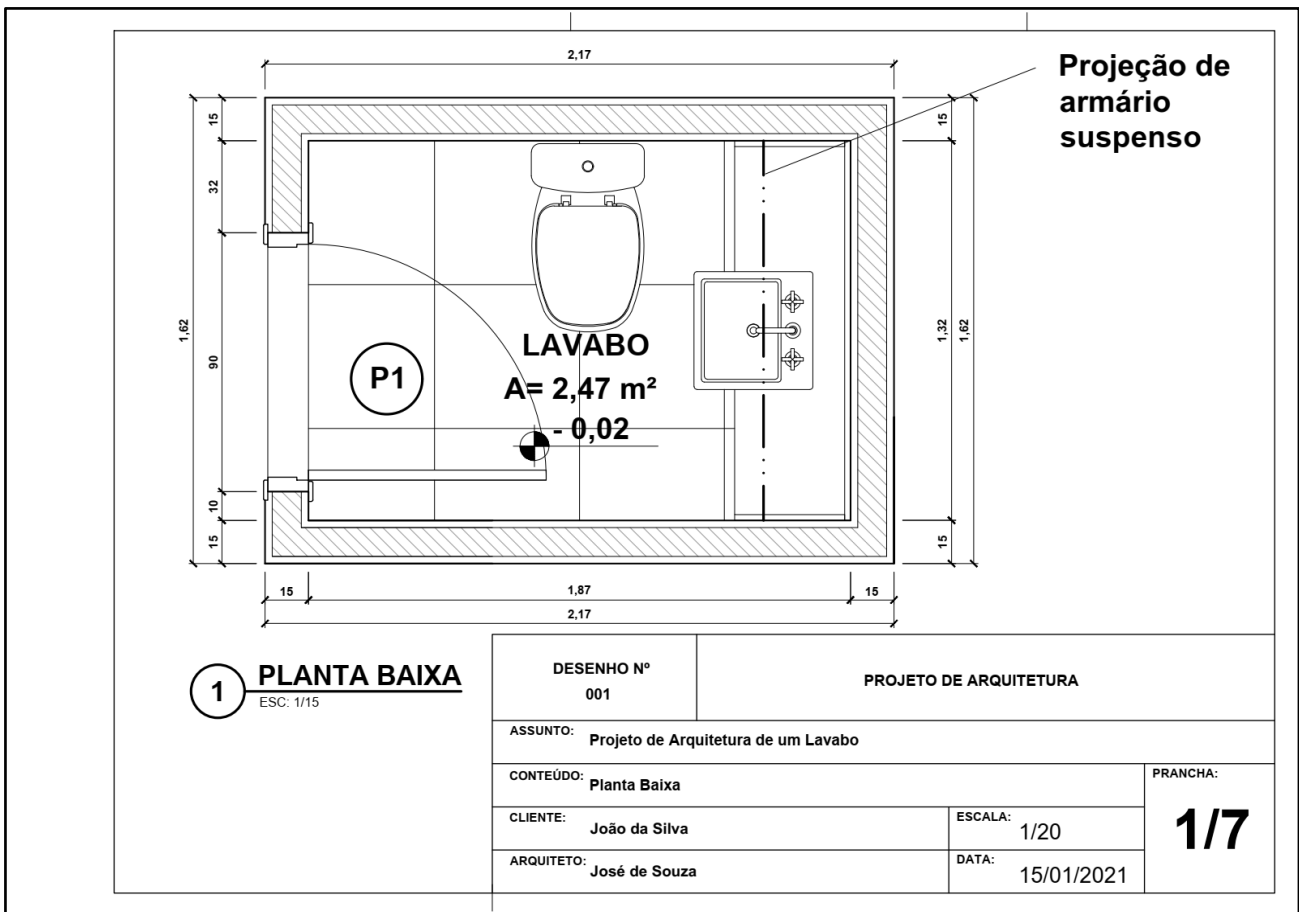
Opções de respostas:

- Deve ser apresentado aos órgãos oficiais do governo para aprovação final e liberação do início da obra.
- Para maior clareza do projeto apresentado, a escolha da escala é feita de acordo com o porte do projeto.
- Os documentos típicos exigidos são os seguintes: situação; plantas, cortes e fachadas; e, memorial justificativo.

- Caracteriza-se como documentos eventuais elementos como perspectiva; maquete (estudo de volume); desenvolvimento através de texto ou desenhos, sumários de elementos isolados que sejam de interesse em casos especiais; e, análise preliminar de custo.
- Os desenhos apresentados devem ser suficientes para o entendimento do projeto proposto conforme a apreciação e aprovação pelo cliente.

37 Questão:

Vitrúvio ressaltava a importância da representação gráfica de projetos na formação arquitetônica. Com o distanciamento que ocorreu entre projeto e obra nos últimos anos, os projetos demandam maior completude e detalhamento para evitar erros na execução. Para atender a essa demanda no mundo contemporâneo, a produção arquitetônica pode contar com o auxílio de *softwares* e sistemas computacionais específicos para o desenho técnico. O desenho e a arquitetura são indissociáveis. Historicamente, a representação gráfica é utilizada em projetos arquitetônicos como maneira de transmitir informações para a execução das obras. De acordo com a NBR: 6492 – Representação de projetos de arquitetura, a planta baixa se caracteriza como uma “vista superior do plano secante horizontal, localizado a, aproximadamente, 1,50 m do piso em referência”; essa norma determina que as plantas, cortes e fachadas devem conter: simbologias de representação gráfica conforme as prescritas nesta Norma; indicação do norte; caracterização dos elementos do projeto: fechamentos externos e internos, acessos, circulações verticais e horizontais, áreas de serviço e demais elementos significativos; indicação dos nomes dos compartimentos; cotas gerais; cotas de níveis principais; escalas; notas gerais, desenhos de referência e carimbo. Observe uma planta baixa de um lavabo simples:



Considerando a representação e as especificações sobre o desenho técnico arquitetônico contidas na NBR: 6492, é correto afirmar que

Opções de respostas:

- Não está de acordo com as diretrizes estabelecidas, pois não inclui a cota de nível.
- Não cumpre as exigências, pois a indicação do nome do compartimento está ausente.
- As cotas estão incorretas, pois é preferencial a utilização de cotas internas neste caso.
- Cumpre as exigências, pois todos os elementos necessários estão contidos na planta arquitetônica do lavabo.
- Os elementos acima do plano de corte devem ser representados com linha contínua; portanto, está simbolizado incorretamente.

38 Questão:

Os planejamentos urbanos ambientais devem direcionar a formatação urbanística em relação à densidade, aos usos do solo, aos espaços e áreas públicas, da própria infraestrutura urbana, dos serviços públicos e privados, da habitação, da segurança pública e da mobilidade. No caso do município de Porto Alegre, o desenvolvimento urbano ambiental tem alguns princípios garantidos pelos termos da Lei Orgânica, direcionados para promover o desenvolvimento e fazer cumprir as funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Obviamente, estes princípios isoladamente não provocam o desenvolvimento; no entanto, precisam estar alinhados e apoiados por estratégias facilitadoras. Sobre o planejamento urbano ambiental estabelecido pelo Plano Diretor do município de Porto Alegre, assinale a afirmativa INCORRETA.

Opções de respostas:

- Para a mobilidade urbana, a estratégia é priorizar o transporte coletivo, priorizar os pedestres, dar prioridade às bicicletas, capacitar a malha viária e os sistemas de transporte, fazendo, também, a inclusão de centrais de transferências de cargas.
- A estratégia de qualificação ambiental é valorizar o patrimônio ambiental, através da promoção de suas potencialidades e fazer garantir sua perpetuação, bem como superar os conflitos que se referem à poluição e degradação do meio ambiente, do saneamento e desperdício energético.
- Para a promoção econômica, a estratégia é obrigar os agentes financeiros e bancários, por determinação de lei municipal, à isenção plena dos juros e de taxas bancárias, sejam nos empréstimos, linhas de créditos e financiamentos, para todos os municípios, em prol da melhoria das condições econômicas.
- A estratégia de uso do solo privado tem como objetivo disciplinar e promover a ordenação da ocupação do solo privado, através de regulamentações que determinem a distribuição dos espaços das atividades, a densificação e a possibilidade de configurar a paisagem urbana referente à edificação e ao parcelamento do solo.
- A estratégia de estruturação urbana será viabilizada a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos que fazem referências espaciais urbanas, sejam existentes ou potenciais, e das suas conexões, valorizando o espaço público e a proposta de projetos harmonizados com os municípios que compõem a região metropolitana.

39 Questão:

A Lei nº 12.378/2010 regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo, criando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAUs). Considerando que há duas categorias profissionais – arquitetos e engenheiros; que até então eram regulamentadas por um único conselho antes da sanção da referida lei, muitas dúvidas sobre as atribuições de cada Conselho, em particular, são recorrentes. Como a arquitetura e engenharia são consideradas áreas afins, é habitual a ocorrência de atividades compartilhadas entre as profissões. De acordo com a Lei nº 12.378/2010, é correto afirmar que:

Opções de respostas:

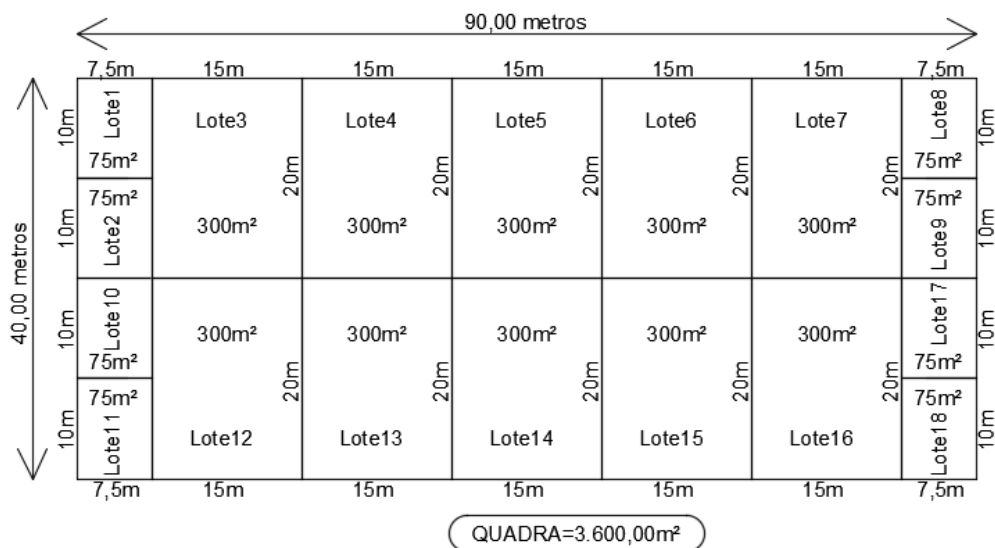
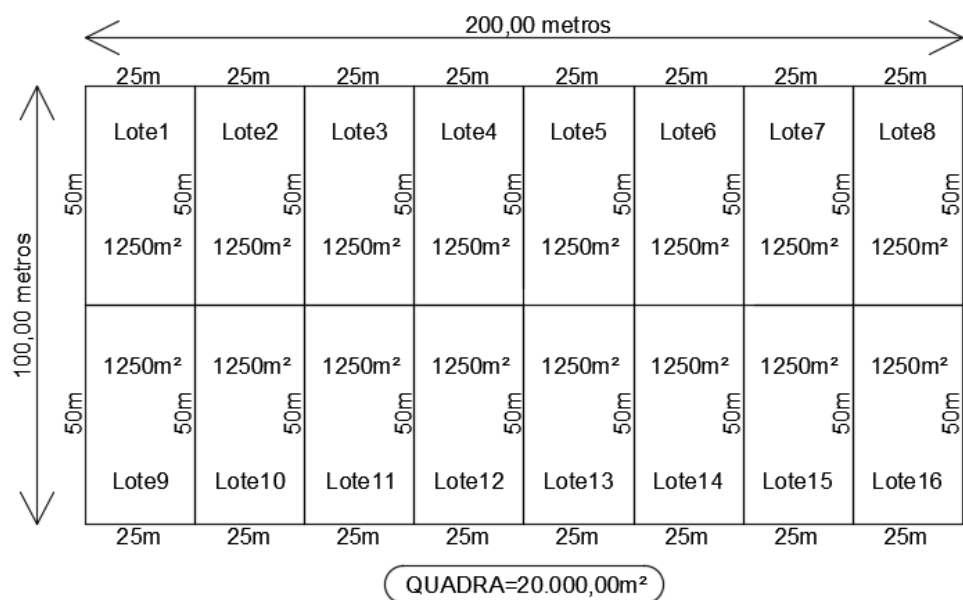
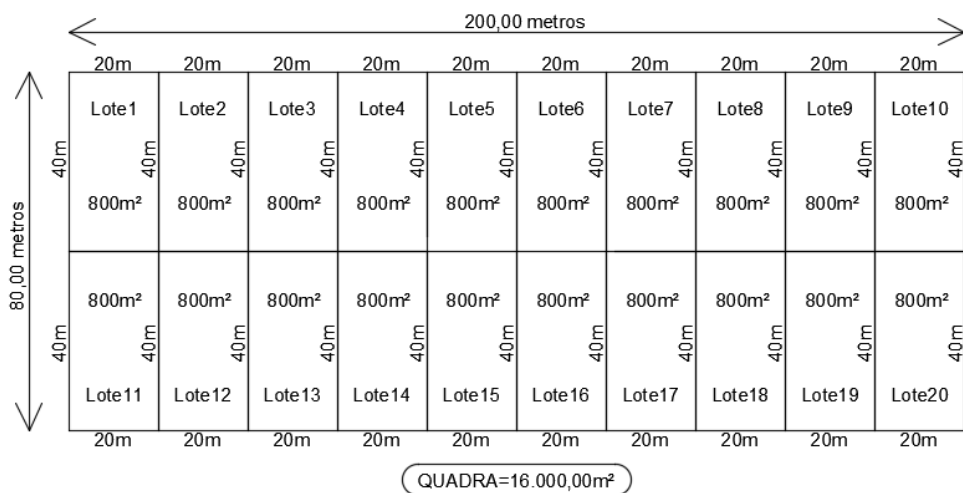
- Na ocorrência do exercício de atividades, que sejam consideradas áreas de atuação compartilhadas com outras áreas profissionais, é de competência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado ou do Distrito Federal desempenhar a fiscalização do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo.
- As entidades CREA/CONFEA, CAU/BR, CAU dos Estados e CAU/UF compõem uma única instituição federativa, representada por um único presidente institucional, sendo regidas por delegados em seus desdobramentos regionais, representando e regulamentando, igualmente, as atividades profissionais de arquitetura, urbanismo, engenharia e agronomia.
- Arquitetos e engenheiros passaram a desempenhar suas atividades de forma independente; mas, por se tratar de áreas afins dentro dos campos profissionais, tanto arquitetos quanto engenheiros terão uma única e igual habilitação profissional que será expedida em igual teor independentemente de cada conselho profissional.
- As entidades CAU/BR, CAU dos Estados e CAU/UF estão subordinadas ao CREA/CONFEA, uma vez que o CREA/CONFEA se trata de uma entidade mais antiga e as entidades CAU/BR, CAU dos Estados e CAU/UF são filiais criadas para atender às demandas de fiscalização e regulamentação em caráter de prioridade das atividades profissionais da arquitetura e urbanismo.
- Os conselhos que regulamentam as atividades profissionais de arquitetura e urbanismo, assim como as atividades profissionais de engenharia, podem ser fiscalizadas de forma abrangente, ou seja, o conselho que regulamenta as atividades profissionais de engenharia pode fiscalizar as atividades profissionais de arquitetura, bem como o conselho que regulamenta as atividades profissionais de arquitetura pode fiscalizar as atividades profissionais de engenharia.

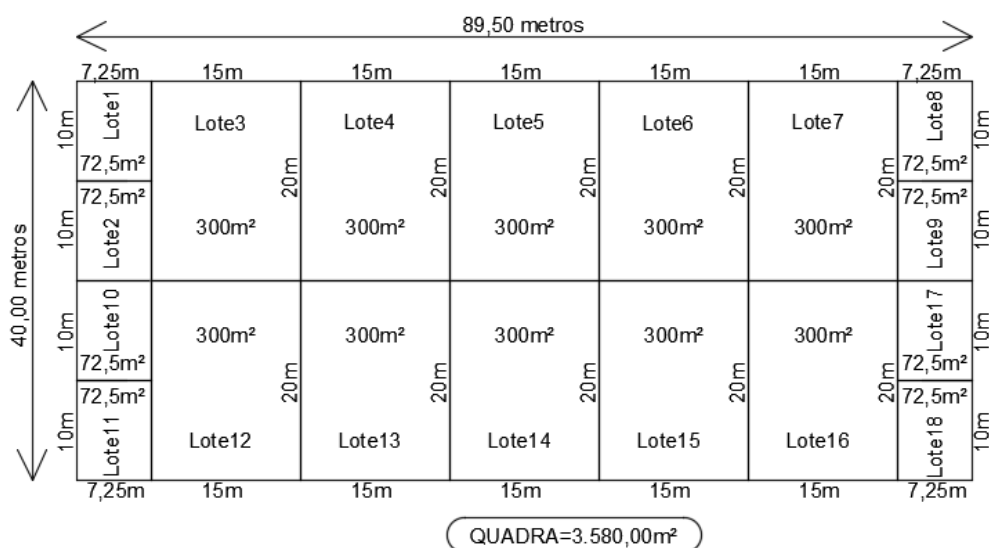
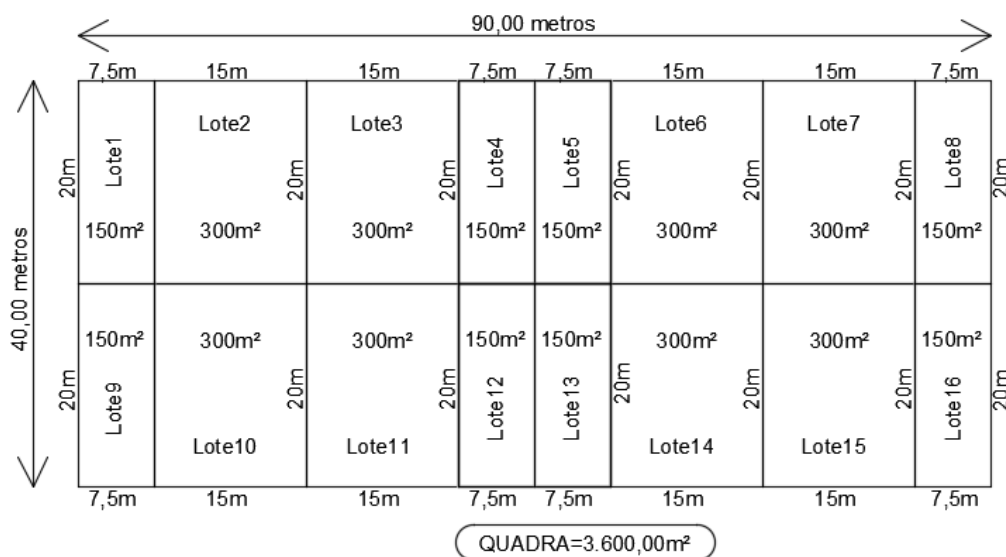
40 Questão:

Para o procedimento de parcelamento territorial de uma determinada área, mesmo que seja propriedade privada, é exigido, primeiramente a aprovação, por parte da prefeitura municipal. Entende-se por loteamento urbano a divisão em lotes com destinação para edificação, com abertura de ruas e obras de infraestruturas mínimas. Baseado na legislação municipal, o traçado dos lotes, das ruas, dos espaços livres, das áreas para equipamentos urbanos e comunitários é definido. Para aprovar projetos de loteamentos na cidade de Porto Alegre é necessário observar a Lei Complementar nº 547, de 24 de abril de 2006, que estabelece, através dos Arts. 3º e 4º, parâmetros, condições e dimensões, mínimas e máximas. Determina, que o lote

deverá atender a uma área mínima de 75 m², bem como a quadra mínima deverá atender aos parâmetros máximos de 200 m de face e de 22.500 m² de área; no entanto, por critério do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento, poderão ser reconhecidas dimensões de faces e áreas superiores, desde que não gerem prejuízos à estruturação urbana do entorno. Considerando as afirmações anteriores, assinale a alternativa que apresenta um traçado de lotes reprovável.

Opções de respostas:





41 Questão:

Compõem o patrimônio histórico e os bens materiais e naturais que tenham sido construídos, ou que tenham passado por processos de preservação ao longo do tempo. A importância para a cultura e identidade local está relacionada aos elementos essenciais que levam ao entendimento daquela sociedade, através dos acontecimentos do que foi construído e conservado, ou dos elementos naturais preservados. Para administrar, preservar e conservar o patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico de Porto Alegre, foi criada a Lei Complementar nº 275/1992. Ficou determinado em seu Art. 1º que “constitui o Patrimônio Histórico-Cultural, Natural e Paisagístico do Município e o conjunto de bens móveis e imóveis e os espaços existentes em seu território e que, por sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis, a fatos atuais significativos por seu valor cultural ou natural, ou por sua expressão paisagística, seja de interesse público preservar e proteger contra ações destruidoras”. Os bens somente passarão a integrar o Patrimônio Histórico-Cultural, Natural e Paisagístico do Município depois de inscritos, separada ou agrupadamente, no livro do Tombo respectivo. Na ocorrência de obras, intervenções construtivas ou de instalações de elementos materiais em bens tombados, bem como as prerrogativas da referida Lei, há ações proibidas; permitidas; e/ou facultadas. Sobre possibilidade legal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Fica a cargo exclusivamente do proprietário, sem qualquer interferência do município, a decisão pelo tombamento de prédios ou sítios que tenham notório valor histórico cultural da cidade de Porto Alegre.
- II. Em Porto Alegre foram constatados poucos prédios considerados históricos dos séculos XVIII, XIX e XX. Dessa forma, a prefeitura municipal decidiu apenas aprovar para o tombamento os bens imóveis históricos anteriores ao século XVII.
- III. Execução de intervenção física na área de influência do bem tombado que possa causar prejuízos na ambiência, provocar redução ou impedimentos em relação à visibilidade ou, ainda, por juízo do Conselho competente, seja desarmônico com seu aspecto estético ou paisagístico, não poderá ser realizado sem prévia autorização, ou seja, somente será possível mediante prévia autorização da prefeitura municipal através de seus departamentos de competências.

Está correto o que se afirma em

Opções de respostas:

- I.
- III.
- I e II.
- I e III.
- II e III.

42 Questão:

A terminologia “impacto de vizinhança” é empregada para descrever impactos de abrangências locais em espaços urbanos, como a carga excessiva do sistema viário, condições limite de infraestrutura das redes de esgoto e drenagem de águas pluviais, aumento das ocorrências de inundações em função da falta de percolação do solo, dentre outros fatores. O Estatuto da Cidade, em seu texto contido na redação da Lei, identifica algumas questões de relevância e determina que tais questões estejam incluídas na análise conhecida como Estudo de Impacto de Vizinhança. Para a prefeitura de Porto Alegre a mesma obrigatoriedade da Lei também é aplicável. Considerando os serviços públicos que os departamentos da prefeitura porto-alegrense precisam prestar, inclui-se o fornecimento de informações para os processos de legalização que os proponentes de empreendimentos imobiliários tentam viabilizar e aprovar. Com isso, é necessária a correta prestação de informações. Em relação ao Estatuto da Cidade, considerando o Estudo de Impacto de Vizinhança, o departamento responsável pela análise precisa informar ao empreendedor imobiliário quais são os itens a serem incluídos no conjunto mínimo de questões para serem analisados. No que diz respeito ao Estatuto da Cidade, o conjunto mínimo de questões estabelecidas por determinação da Lei nº 10.257/2001 que devem ser analisadas através do Estudo de Impacto de Vizinhança, é correto afirmar que:

Opções de respostas:

- Questões como: ventilação natural e iluminação artificial; energia solar; paisagismo urbano e rural; especulação imobiliária; explosão demográfica; valorização comercial e capacidade de produção rural devem ser analisadas através de estudo de Impacto de Vizinhança.
- Paisagem natural dos rios e afluentes fluviais; geração de energia eólica; assentamento social; promoção cultural; crescimento socioeconômico; potencial de turismo rural; e, exploração agropecuária são as questões estabelecidas para compor o conjunto mínimo de questões a serem analisadas pelo Estudo de Impacto de Vizinhança.
- Potencial de exploração turística; produção de minérios; vocação para implantação de polos estudantis; adensamento fabril; concentração de interesses comerciais; e, equipamentos rurais e capacidade para implantação de espaços artísticos voltados para a cultura compõem o conjunto mínimo de questões a serem consideradas no Estudo de Impacto de Vizinhança.
- Geração de tráfego e demanda por transporte público; adensamento populacional; equipamentos urbanos e comunitários; ventilação e iluminação; uso e ocupação do solo; paisagem urbana e patrimônio natural e cultural; e, valorização imobiliária compõem o conjunto mínimo de questões a serem analisadas no Estudo de Impacto de Vizinhança.
- Arrendamento previdenciário; equiparação urbana e socioeconômica; usos e costumes populacionais; vetorização de imóveis urbanos; graduação de trânsito e demanda por transposições pluviométricas; verificação; investigação; paisagismo; e, patrocínio artístico-cultural são as questões que devem estar obrigatoriamente inseridas no conjunto mínimo de questões para serem analisadas através do Estudo de Impacto de Vizinhança.

43 Questão:

Segundo alguns especialistas em gestão pública, a ideia de gestão democrática é um método capaz de incentivar e promover novos modelos que podem ser praticados pelas prefeituras municipais, o Estatuto da Cidade, no intuito de provocar a gestão democrática da cidade, através de suas prerrogativas legais, procura, no âmbito municipal, promover a gestão orçamentária participativa. Sendo assim, incentivos devem acontecer para promover os debates, as audiências e as consultas públicas das propostas do planejamento plurianual e orçamento anual para aprovações na Câmara Municipal. O Estatuto da Cidade também prevê que as organizações gestoras nas regiões metropolitanas devem incluir, obrigatoriamente, a presença da população e associações de classes que representam diferentes segmentos da comunidade, garantindo, assim, o direito do exercício da cidadania. Para constituir garantias, alguns instrumentos são necessários na execução da gestão democrática da cidade. Portanto, a Lei nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, inclui alguns instrumentos a serem utilizados. Refere-se ao conjunto de instrumentos que garantem a gestão democrática da cidade:

- I. As conferências que abordem assuntos de interesse urbano em níveis nacionais, estaduais e municipais; as iniciativas populares de projeto de lei e de planos; os programas e projetos que visam o desenvolvimento urbano; os órgãos colegiados de política urbana em níveis nacionais, estaduais e municipais; e, os debates, audiências e consultas públicas.
- II. As conferências sobre assuntos de interesses particulares do grupo de empresários da cidade; as iniciativas particulares de projetos e planos culturais para a cidade; órgãos colegiados multidisciplinares da área da polícia para o debate sobre segurança pública; e, os seminários para os debates, audiências e consultas para empreendedores que desejam implantar empresas na cidade.

III. Os órgãos colegiados multidisciplinares de política educacional nos níveis nacionais, estaduais e municipais; debates, audiências e consultas da iniciativa privada para promoção do progresso intelectual da população; as conferências sobre assuntos de interesses das associações de bairros, levando os assuntos aos debates nos níveis nacionais, estaduais e municipais; e, as iniciativas acadêmicas científicas para a criação de propostas de leis em níveis nacionais, estaduais e municipais.

Está correto o que se afirma apenas em

Opções de respostas:

- I.
- II.
- III.
- I e II.
- II e III.

44 Questão:

Nas artes visuais, a pintura executada sobre a superfície de uma parede é conhecida como muralismo ou pintura mural. A principal característica da pintura mural está na condição da sua vinculação com a arquitetura, onde a arte da composição visual, geralmente explora os recursos da volumetria da edificação. O caráter plano da empena da fachada com seus elementos protuberantes ou reentrantes, linhas horizontais e verticais, dentre outros elementos próprios do prédio são explorados na trama artística da pintura mural. A pintura mural é regulada por leis específicas em muitas prefeituras municipais; em Porto Alegre há a Lei nº 8279/1999, que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários, que, inclusive, regulamenta os parâmetros de permissão para a execução de pinturas murais. Considerando a referida Lei, a pintura mural dentro do contexto urbano da cidade poderá ser proibida ou embargada. Trata-se de uma situação na qual a prefeitura municipal de Porto Alegre NÃO poderá proibir ou embargar execuções de pintura mural ou pintura mural-artística:

Opções de respostas:

- Pintura mural-artística de um prédio de quatro pavimentos. A pintura será uma faixa vertical de 5 m de largura por 12 m de altura, perfazendo 60 m² em uma área livre de janelas ou basculantes. O arquiteto, autor do projeto arquitetônico, foi consultado, e o tornou válido.
- Em um prédio, artistas escolheram a fachada esquerda que não tem janelas para pintar um mural-artístico através da fixação de um painel. O arquiteto, autor do projeto arquitetônico, não gostou e não emitiu autorização para a pintura. Inclusive, informou ao condomínio que a lona que estão pretendo instalar tem 45 m². Os artistas alegam que o arquiteto não tem autonomia para proibir a produção de artes no Brasil e irão buscar aprovação da Prefeitura de Porto Alegre.
- Um prédio, através do administrador do condomínio, emitiu uma autorização para um grupo de artistas de pinturas murais-artísticas realizar uma pintura mural na platibanda frontal do prédio. O administrador escreveu na autorização que não é necessário e não foi consultado o arquiteto, autor do projeto arquitetônico da edificação, em função da sua autonomia plena como administrador condominial. Com isso, autorizou os artistas a começarem a pintar a arte na fachada do prédio.
- Um artista conseguiu a aprovação da administração condominial para executar uma pintura mural-artística no topo da fachada. A arte proposta tem dimensões reais de 10 m de largura por 3 m de altura, perfazendo um total de 30 m². Inclusive, a administração condominial informou ao artista, que o arquiteto, autor do projeto arquitetônico da edificação, entregou ao condomínio uma autorização para a pintura na fachada. A administração orientou o artista a pedir à prefeitura uma licença para realizar a pintura mural-artística.
- As fachadas laterais de uma edificação apresentam 2.062 m² cada uma. Como são muito grandes e de empenas cegas, o condomínio encomendou um projeto de arte que homenageia os cidadãos porto-alegrenses. Na encomenda, foi requisitado que as composições artísticas cobrissem plenamente as duas fachadas laterais em todas as suas dimensões. O projeto foi aprovado pelo arquiteto da edificação juntamente com o condomínio do prédio. A administração do condomínio irá solicitar a autorização para realizar a pintura.

45 Questão:

Em Porto Alegre, para fins de licenciamento ambiental, a critério do órgão ambiental, poderão ser exigidos Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIA). Conforme estabelece a Lei nº 8.267/1998. Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) é a denominação do instrumento de gestão ambiental utilizado para exigir os estudos para concepção, localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente causadores de significativa degradação ambiental. Relatório de Impacto Ambiental (RIA) é a denominação do instrumento de gestão ambiental, utilizado para exigir os estudos simplificados, a fim de avaliar as interações da implantação ou da operação de uma atividade efetiva ou potencialmente causadora de degradação ambiental. Considerando a referida Lei, corresponde como autonomia legal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

- I. A qualidade do ar atmosférico e das condições hídricas dos rios e lagoas é objeto de estudo e análise ambiental, ficando como responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente somente e exclusivamente emitir pareceres técnicos ambientais.

- II. É uma repartição pública unicamente instituída para responder às dúvidas sobre as condições naturais do meio ambiente porto-alegrense, quaisquer outras demandas ou ações diferentes apenas de dúvidas sobre o meio ambiente não serão resolvidas ou exigidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mas sim pelo Protocolo Geral da Prefeitura.
- III. Na cidade de Porto Alegre, a administração pública, a critério da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, poderá exigir no Relatório de Impacto Ambiental (RIA) alguns estudos, como: estudos de tráfego; levantamentos de vegetação; impactos no solo e rochas; impactos na infraestrutura urbana; impactos na qualidade do ar; impactos paisagísticos; impactos no patrimônio histórico-cultural; impactos nos recursos hídricos; impactos de volumetria das edificações; impactos na fauna; dentre outros que o órgão ambiental entender necessários.

Está correto o que se afirma apenas em

Opções de respostas:

- I.
- II.
- III.
- I e II.
- I e III.

46 Questão:

Em Porto Alegre, a aprovação e licenciamento de edificações, obras, vistorias prediais, numeração e manutenção das edificações obedecem aos ditames estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 18.623/2014. Sobre obra irregular, analise as afirmativas a seguir.

- I. Recentemente em Porto Alegre uma diligência de agentes fiscalizadores compareceu ao local de uma obra e constataram modificações executadas por demolições, reconstruções e ampliações. Desta forma foi exigido o licenciamento municipal específico para tais procedimentos, estando tudo regular em função das prévias licenças municipais que foram obtidas para tais procedimentos.
- II. Em Porto Alegre, a fiscalização encontrou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida por um engenheiro civil atestando a responsabilidade técnica das instalações, execuções e manutenção da edificação. Foi encontrado também o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) emitida por uma arquiteta atestando a responsabilidade técnica do projeto de arquitetura da referida obra fiscalizada.
- III. A fiscalização encontrou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida por um engenheiro civil, atestando a responsabilidade técnica das instalações, execuções e manutenção da edificação; no entanto, não constavam as especificações de responsabilidade técnica do projeto de arquitetura da edificação. Indagados pela fiscalização, o engenheiro e o proprietário da obra alegaram que não é necessária tal documentação, uma vez que a obra tem um engenheiro responsável pela execução.

Está correto o que se afirma apenas em

Opções de respostas:

- II.
- III.
- I e II.
- I e III.
- II e III.

47 Questão:

As estruturas de concreto armado demonstram vantagem econômica em relação a outras estruturas prediais; no entanto, são necessários cuidados específicos com este tipo de estrutura. Durante as concretagens, para garantir este cobrimento, são utilizados afastadores da armadura com as fôrmas, que podem ser pastilhas de concreto ou peças de plástico. Com isso, existem normas técnicas brasileiras que especificam espessuras mínimas de cobrimento para cada tipo de peça no sistema estrutural. Em regiões onde a classe de agressividade ambiental é maior, as espessuras mínimas de cobrimentos das armaduras também deverão ser maiores. Considerando os cobrimentos das armaduras nas estruturas de concreto armado, é correto afirmar que:

Opções de respostas:

- As armaduras do concreto podem ficar expostas permanentemente ao ambiente, mesmo após as concretagens, pois as armaduras não sofrem oxidação pela umidade do ar.
- A melhor técnica para impedir a exposição e a oxidação das armaduras do concreto é protegê-las com uma pintura de esmalte sintético na cor branco fosco, minutos antes dos procedimentos de execução das concretagens.
- A umidade do ar é inofensiva para as armaduras do concreto, uma vez que, quando não estão protegidas devidamente pela camada de cobrimento da armadura, possuem, naturalmente, resistência contra corrosão e oxidação provocadas pela umidade do ar.

- O uso dos espaçadores, que são pequenas pastilhas de concreto em pedras com arame preso, garante a colocação da armadura dentro da fôrma. Assim, ao ser lançado o concreto, a cobertura do aço será completa, evitando, assim, a perda da armadura por corrosão.
- É impossível acontecer corrosão na armadura, que é colocada sem espaçamento suficiente para o cobrimento entre a armadura e a fôrma da concretagem, mesmo que ocorra pela falta de cobertura da armadura (não cobrimento do aço) a exposição da armadura às intempéries.

48 Questão:

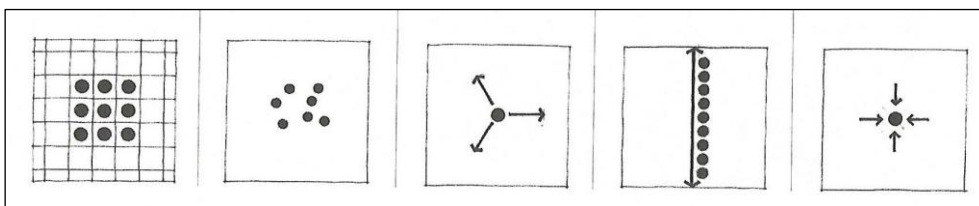
As Cartas de Atenas, de Veneza, de Machu Picchu, de Washington e a Declaração de Sofia fazem referências em relação ao patrimônio cultural, memória, planejamento, preservação e conservação de edificações históricas e dos monumentos. Considerando as resoluções expressas por algumas cartas patrimoniais, como as mencionadas anteriormente, é **INCORRETO** afirmar que:

Opções de respostas:

- Deve-se observar que novas funcionalidades devem ser harmônicas e compatíveis com o caráter, a vocação e a estrutura urbana das cidades históricas.
- A conservação dos monumentos poderá ser favorecida por destinação de usos para funções que sejam úteis à sociedade, tal destinação é desejável, mas que não altere a disposição ou decoração da edificação.
- Para assegurar a continuidade da vida do monumento, é recomendável que se mantenha uma utilização dos monumentos, destinando-lhes sempre finalidades que sejam harmoniosas com o seu caráter histórico ou artístico.
- A tarefa de conservação, restauração e reciclagem das zonas monumentais e dos monumentos históricos e arquitetônicos, devem, imprescindivelmente, estar integrado ao processo vivo da evolução urbanística como viés que possibilite o financiamento da operação.
- As atividades turísticas podem e devem utilizar o patrimônio sem precisar assegurar, garantir ou preservar seus significados ou sua mensagem. Estudos analíticos ou inventários são desnecessários em virtude do potencial financeiro que o turismo tem para a economia de uma cidade; as arrecadações da atividade turística devem financiar o turismo em locais históricos.

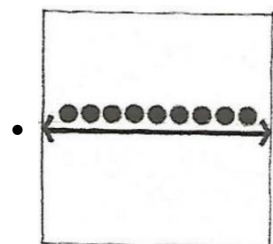
49 Questão:

A geometria é uma disciplina muito complexa; existem relações entre as formas geométricas, bem como muitas interpretações possíveis de serem feitas a partir destas relações. Formas subtrativas, aditivas e associativas são correlações geométricas existentes nos planos e construções arquitetônicas. Enquanto uma forma subtrativa resulta da remoção de uma parte de seu volume original, uma forma aditiva é produzida ao se relacionar ou acrescentar fisicamente uma ou mais formas subordinadas ao seu volume. As formas aditivas resultantes do acréscimo de elementos distintos podem ser caracterizadas pela sua capacidade de crescer e se fundir a outras formas. Para que percebamos os agrupamentos aditivos como composições unificadas da forma, como figuras em nosso campo visual, os elementos que se combinam devem estar relacionados entre si de uma maneira coerente. Os diagramas classificam as formas aditivas, de acordo com a natureza da relação existente entre as formas componentes.

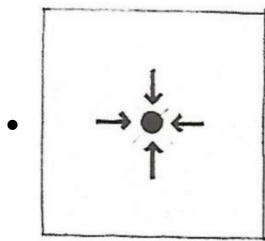


A partir da análise dos diagramas, assinale a opção geometricamente **INCOERENTE**.

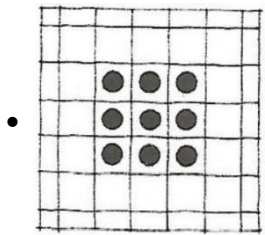
Opções de respostas:



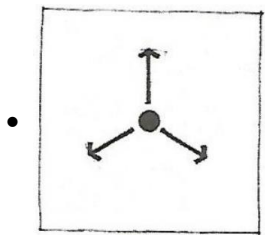
- Forma linear: uma série de formas dispostas sequencialmente em uma fileira.



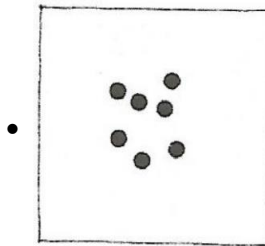
Forma centralizada: um número de formas secundárias agrupadas ao redor de uma forma matriz central dominante.



Forma cilíndrica: um conjunto de formas modulares agrupadas, formando uma figura em forma cilíndrica ou circular.



Forma radial: uma composição de formas lineares que se estendem para fora, a partir de uma forma central de uma maneira radial.



Forma aglomerada: um conjunto de formas agrupadas pela proximidade ou pelo fato de possuírem uma característica visual comum.

50 Questão:

Na arquitetura, a acessibilidade é baseada na remoção de barreiras ambientais físicas, tanto em edificações residenciais quanto em espaços urbanos e seus equipamentos públicos. A implementação de rampas, banheiros normatizados, elevadores especiais, plataformas elevatórias, piso e sinalização tátil, sinalização sonora e sinalização visual através de símbolos são exemplos comuns da acessibilidade na arquitetura. Considerando os gráficos que a NBR 9050:2020 estabelece como símbolos complementares e seus significados, observe o gráfico apresentado e assinale a alternativa correta.



Opções de respostas:

- I. pessoa idosa II. escada III. elevador
- I. grávida II. escada rolante com degrau para cadeira de rodas III. escada
- I. pessoa idosa II. escada rolante com degrau para cadeira de rodas III. escada
- I. pessoa idosa II. elevador III. escada rolante com degrau para cadeira de rodas
- I. pessoa com criança de colo II. escada rolante com degrau para cadeira de rodas III. escada